
QUAL A SUA COR? - (RE)CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NEGRAS ATRAVÉS DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Tathina Lúcio Braga Netto¹
Antonio César de Holanda Santos²

RESUMO

Este trabalho tem como elemento central a autodeclaração racial diante de bancas de heteroidentificação como mecanismo de produção de subjetividades negras no Brasil. No texto trabalhamos a partir das perspectivas da Psicologia Social e de uma epistemologia negra, que nos possibilitam discutir sobre subjetividades negras no Brasil e como as políticas de ações afirmativas têm duplo caráter: político e de uma possibilidade de ressignificação do ser negra(o) no país. No caminho dessa construção colocamos como elemento também, através de um percurso histórico, social e cultural, o ingresso da população negra nos espaços acadêmicos como fator de produção de uma epistemologia negra que possibilita uma reeducação social brasileira em uma perspectiva antirracista. Apontamos como caminho necessário o fortalecimento das políticas de cotas, e seus desdobramentos necessários, para acesso a universidade, que direciona também a uma perspectiva de reestruturação antirracista na comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Cotas Raciais, Antirracista, Ações Afirmativas.

WHAT'S YOUR COLOR? - (RE) CONSTRUCTION OF BLACK SUBJECTIVITIES THROUGH AFFIRMATIVE POLICIES

ABSTRACT

This work has as its central element the racial self-declaration in a heteroidentification context as a mechanism for production of black subjectivities in Brazil. In the text, we work from the perspectives of Social Psychology and a black epistemology, which enable us to discuss black subjectivities in Brazil and how affirmative action policies have a dual character: political and a possibility of redefinition of being black in this country. Along the way of this construction, we also placed as an element, through a historical, social and cultural path, the entry of the black population in academic spaces as a factor in the production of a black epistemology that enables a Brazilian social re-education in an anti-racist perspective. We point out as a necessary path the strengthening of quota policies, and their necessary consequences, for access to the university, which also leads to a perspective of anti-racist restructuring in the academic community.

Keywords: Racial quotas, anti-racist, affirmative action policies.

¿CUÁL ES TU COLOR? - (RE) CONSTRUCCIÓN DE SUBJETIVIDADES NEGRAS A TRAVÉS DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS

RESUMEN

Este trabajo tiene como elemento central la autodeclaración racial ante la heteroidentificación como mecanismo de producción de subjetividades negras en Brasil. En el texto trabajamos desde las perspectivas de la Psicología Social y una epistemología negra, que nos permiten discutir las subjetividades negras en Brasil y cómo las políticas de acciones afirmativas tienen un carácter doble: político y una posibilidad de redefinición de ser negro(a) en el país. En el camino de esta construcción también ponemos como elemento, a través de un recorrido histórico, social y cultural, el ingreso de la población negra en los espacios académicos como factor en la producción de una epistemología negra que posibilite una reeducación social brasileña en una perspectiva antirracista. Señalamos como camino necesario el fortalecimiento de las

¹ Psicóloga da Pró-Reitoria Estudantil da Universidade Federal de Alagoas – Núcleo de Assistência Estudantil da Unidade Palmeira dos Índios. Mestra em Psicologia (UFAL). E-mail: tathina.netto@palmeira.ufal.br.

² Professor adjunto do curso de Psicologia (UFAL - Unidade Educacional de Palmeira dos Índios); Doutor em Psicologia (UFPE); Mestre em Educação Brasileira (UFAL). E-mail: antonio.santos@palmeira.ufal.br

políticas de cotas, y sus necesarias consecuencias, para el acceso a la universidad, lo que conduce también a una perspectiva de reestructuración antirracista en la comunidad académica.

Palabras clave: Cotas Raciales, Antirracista, Acciones Afirmativas.

INTRODUÇÃO: UMA AUTODECLARAÇÃO

Iniciamos essa escrita a partir desse título provocativo para situarmos o debate na temática das relações étnico raciais, no que tange às políticas de cotas para o acesso de pessoas negras à universidade. A discussão que se segue tem como elemento central um instrumento específico utilizado para essa política: a autodeclaração racial diante de bancas de validação, dispositivo que permite que pessoas negras possam assumir sua cor, provocando uma virada sócio-cultural na sociedade brasileira, uma vez que a população negra nesse país sempre foi posta em marginalização e por isso seguiu silenciando sua identidade negra.

Ao longo dos anos os índices estatísticos comprovavam o que nossos olhos viam nas universidades brasileiras: um ambiente majoritariamente branco. Essa realidade vem sendo modificada a partir das políticas de cotas raciais para o ingresso às universidades públicas. Tal ingresso ocorre, conforme supracitado, a partir de uma autodeclaração racial, de dizer-se negra(o), na tentativa de resguardar o direito à educação para a população negra no ensino superior, negligenciado em outros tempos e ainda em caminhos de estruturação.

O que deveria ser um questionamento objetivo, pode suscitar conflitos subjetivos provocados pela construção social sobre raça no país, ou seja, de como a sociedade edificou fronteiras entre o ideal de humanidade, a partir da figura da pessoa branca, e o ser negra (o). Pois ser branca(o) no Brasil é sinônimo de garantia de acesso a espaços e lugares de poder, tendo em vista que a essas pessoas é colada a imagem de ideal de beleza e idoneidade.

A discussão a seguir parte da compreensão de um peso político da pergunta intitulada, de como é necessário afirmar nossa autodeclaração racial e a partir disso perceber a posição social que ocupamos e o que torna ela possível. No entanto, uma tarefa aparentemente simples, consiste em uma implicação subjetiva profunda, conforme apontado, podendo levar alguns a dúvida em relação a sua raça ou cor. Assim, a constatação da cor da pele é também uma construção social, pois a depender de qual seja ela, a autodeclaração pode ser mais simples de se realizar, como é para pessoas brancas.

Outro ingrediente a ser somado nesse contexto é a necessidade de bancas para validação da autodeclaração racial, nesse sentido dizer-se negra(o) não basta para assegurar o direito de acesso à educação de nível superior. Esse outro instrumento criado para defesa da vaga destinada a pessoa negra nas universidades tem componentes de análise sinuosos, pois dizer-se

negra(o) diante de uma banca contém elementos políticos complexos. Dentre eles, inicialmente, estão a exigência de uma autodefinição de identidade racial e compreensão do que significa raça e cor no Brasil, assumir publicamente uma negritude e a possibilidade de defesa de um direito antes renegado.

Nesse sentido, compreendendo como um importante posicionamento político, não nos eximimos de responder a pergunta intitulada. Começamos por essa autodeclaração racial e ela nos guiará nos primeiros apontamentos deste texto. Falamos aqui em duas vozes, de lugares muito distintos, mas de uma área em comum: a Psicologia Social.

Somos uma mulher branca, psicóloga em uma universidade federal no interior de Alagoas e um homem negro docente de Psicologia em universidade pública no mesmo contexto. Certamente o percurso que realizamos na academia, espaços institucionais e outros, foi muito diverso. Declarar-me como mulher branca nunca foi difícil e por vezes senti-me bem acolhida por isso, pois desde cedo entendi que minhas características físicas eram sinônimo de beleza e aceitação social. No entanto, na posição de psicóloga na assistência estudantil, é recorrente escutar relatos de estudantes negras(os) em situação de exposição ao racismo. E declarar-me como homem negro nem sempre foi possível e fácil, porque tanto as características fenotípicas quanto as cognitivas e os aspectos afetivos quase sempre foram atribuídas em tom e conteúdo de desqualificação, rebaixamento e reducionismo. Somente durante e após a juventude que esse processo concorreu com um crescente enegrecimento a partir de experiências e conhecimentos em torno da autovalorização, do reconhecimento e de representatividades significativas sobre a negritude.

A facilidade de um indivíduo se autoafirmar branca ou branco ocorre devido aos processos psicossociais construídos pela branquitude, que segundo autoras como Aparecida Bento (2002) e Lia Shucman (2014), é um dispositivo que auxilia pessoas brancas a galgar lugares de poder na sociedade. Isso é possível por ser impressa a imagem da pessoa branca como o ideal de beleza e sucesso, mais que isso, um padrão de humanidade a ser seguido, quanto mais características europeizadas (pele clara, cabelos lisos, loiros e olhos claros) a(o) brasileira(o) tiver, maior será sua ascensão social. O que permite a não racialização de pessoas brancas, visto que ela é o padrão a ser seguido, ou seja, o que é normal.

No sentido contrário, as pessoas negras no Brasil carregam o estigma de impressões negativas socialmente, seja nos critérios de beleza ou na imagem de confiabilidade e caráter. Nesse contexto, Nogueira (1950) inaugura um conceito, nomeando como preconceito de cor ou de marca, o qual aponta que no Brasil, diferente do que ocorre nos Estados Unidos, o que prevalece quando se trata de preconceito racial é a aparência das pessoas, quanto mais traços negróides uma pessoa tiver mais passível de sofrer com o racismo. Isso ocorre, segundo Lélia

Gonzales (1988), porque a imagem da pessoa negra foi construída como folclórica (pejorativamente), da loucura ou do primitivo, sendo tratada como uma massa anônima de pessoas sem cultura, que só possuíam uma capacidade: a força de trabalho.

Compreendemos que essa construção social foi talhada ao longo dos anos, tendo como cúmplices não só dispositivos governamentais, mas também científicos. Nesse sentido, a Psicologia, a partir de onde realizamos essa discussão, foi uma importante aliada como área de conhecimento e ciência racista de outros tempos, e que ainda trava lutas para realizar produções decoloniais, a partir da Psicologia Social. As marcas do racismo estrutural se expressam não apenas em suas abordagens teóricas, mas na própria branquitude dos contextos institucionais.

Dessa forma, colocamos nesse debate, trazendo como referência também Silvio de Almeida (2018), o racismo no Brasil, que é pautado a partir da construção de pessoas brancas como sujeitos de referência, não racializados em relação a outros grupos, simultaneamente ao estabelecimento de vantagens e privilégios em relação a não brancas(os), no Brasil, principalmente, contra pessoas negras. Essas relações estruturam as desigualdades e violências da vida contemporânea.

Nessa direção, a partir desses dois lugares distintos de fala, propomos discutir como tais questões impactam para que uma pessoa negra possa se autodeclarar como tal. Implicando a minha branquitude como elemento fundamental para a construção do racismo, e sobretudo um elemento que causa nebulosidade para que a pessoa negra se enxergue como tal. E implicando a minha negritude como afirmação das minhas potencialidades e história repletas de forças e elementos da ancestralidade negra, e em contraposição à hierarquização que sempre nos colocou de forma subalternizada nas relações raciais.

Além disso, pensamos como aspecto central como a universidade pode a partir de um exercício decolonial, realizar uma reconstrução de suas estruturas sociais e como isso é um fator que pode potencializar a autodeclaração de pessoas negras.

O ENEGRE(C)SER DAS UNIVERSIDADES

As construções que apontamos inicialmente, permitiram e ainda operam para a estruturação do racismo no Brasil, ou seja, as configurações sociais brasileiras estão arquitetadas para conduzir a população negra a marginalidades. Conforme Silvio de Almeida (2018), na mesma perspectiva ocorre nas instituições, como nas universidades do país. A estrutura racista do Brasil irá possibilitar o racismo institucional, ou seja, grosso modo, há racismo institucional devido a uma sociedade racista.

Nessa direção, o autor aponta para um caminho: para combater essa problemática é necessário que as instituições promovam práticas antirracistas, como é o caso das políticas de

ações afirmativas. Essas ações consistem em um conjunto de políticas públicas destinadas a populações que sofrem e/ou sofreram discriminação de forma que se mantiveram marginalizadas ao longo do tempo.

Foi nesse sentido que a partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, pautou-se um acordo para a diminuição do racismo, do qual o Brasil foi signatário, comprometendo-se com implementações de ações voltadas para a inserção social da população negra. Neste sentido, o movimento negro no Brasil atuou de forma árdua para o cumprimento do que foi pactuado em Durban (GONÇALVES; AMBAR, 2015).

Assim, a política de cotas foi uma das primeiras ações afirmativas a serem implementadas no país após o evento supracitado, ocorrendo inicialmente no âmbito estadual, a partir de 2003. Apenas em 2012 foi sancionada como legislação federal (BRASIL, 2012). Ou seja, um processo muito recente, mas que os dados já nos sinalizam a magnitude dessa política e ao mesmo tempo de como a universidade brasileira é o retrato da desigualdade social (que é racial) no Brasil.

Segundo IBGE (2019) a população universitária branca em 2003 consistia em 72%, destoando de uma população brasileira com 52% de negras/os. Ainda conforme IBGE (2019), com o advento da melhora nos indicadores de adequação, atraso e abandono escolar, além de políticas de ação afirmativa e expansão universitária, a população negra pela primeira vez na história do país passou a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%), em 2018. A partir das políticas de cotas percebemos como as instituições possuem maior diversidade racial atualmente, principalmente na universidade, mas que ainda há muito que caminhar.

Esse retrato das universidades brasileiras é produto de um histórico racista das relações políticas no Brasil, pois era preconizado, no Estado escravagista, que somente as(os) brasileiras(os) poderiam ter acesso à educação. Nesse sentido, africanas (os) de nascimento, trabalhadoras(es) escravizadas(os), não poderiam ser escolarizadas(os). Esse direito também fora negado a suas e seus filhas e filhos sob o discurso de que se o negro é uma raça inferior, incapaz para o trabalho, propensa ao vício, ao crime, inimiga da civilização e do progresso, discurso alimentado pela ciência da época, a educação se tornaria um dispêndio desnecessário. Apartada do sistema educacional, a população negra foi jogada para uma precarização do trabalho para garantir a sobrevivência de suas famílias. Fora dos ambientes escolares básicos, ocorreu o mesmo com o ensino superior. Essa situação se estendeu até após o período escravocrata, até meados de 1930 (GONÇALVES; AMBAR, 2015). O período escravocrata e eugênico no Brasil teve forte influência para a estruturação de uma sociedade racista,

considerando que tais modelos estatais são ainda recentes e que há um processo mais atual de estruturação para uma reeducação racial no Brasil.

Apontamos aqui como o pensamento eurocentrado permitiu (e ainda permite) a construção do racismo no Brasil. Voltamos nesse tema os olhares à Psicologia, ciência burguesa branca, com a qual dialogamos nesse texto, que teve suas pesquisas iniciais no Brasil concomitante ao processo de implantação da eugenia no Brasil, nas escolas Normais de São Paulo em meados de 1913, com início da Psicologia Experimental no Brasil, concretizando atividades na década de 1924 na Associação Brasileira de Educação (SOARES, 2010), que na época encabeçava o Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação.

Nesse período Silva (2013) atenta que na Constituição de 1934, no artigo 138, a educação eugênica era oficialmente reconhecida: “Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas. b) estimular a educação eugênica” (p. 915). Desta forma, a Psicologia se fez presente nesse percurso do racismo científico e que esteve influenciada por autores eugenistas e instituições como a Escola Nina Rodrigues (corrente específica da Antropologia brasileira) da primeira metade do século XX (CFP, 2017). Santos, Schucman e Martins (2013) pontuam que Nina Rodrigues inaugurou uma nova abordagem sobre cultura negra que permitiu que a Psicologia passasse a enxergar as(os) negras(os) como seres humanos, pois até então eram vistas(os) como uma massa indiferenciada, nesse momento é posta em um lugar subalterno.

Desta forma, a política eugênica ainda reverbera nos tempos atuais, tornando o lugar da(o) negra(o) nessas instituições, que apesar de haver conquistas nesse cenário, ainda não é um espaço garantido, tendo em vista as fragilidades das políticas afirmativas, que são muito recentes, e além disso, de como a(o) negra(o) ainda é uma figura estranha e malquista nesses espaços, sendo alvo de discriminação, injúria racial e racismo institucional

Nesse contexto, houve mais uma tentativa de impedir o acesso de pessoas negras e garantir a manutenção do privilégio branco em instituições historicamente brancas, nesse caso as universidades brasileiras, através da fraude de cotas raciais por pessoas brancas. Desde 2018 cerca de um terço das universidades federais do Brasil registraram ao menos um caso de fraude às cotas raciais por pessoas brancas (TOLEDO, 2018). Iniciando-se uma discussão sobre a necessidade da criação de bancas de heteroidentificação racial, ou seja, a validação da autodeclaração por outras pessoas, para resguardar as vagas destinadas à população negra.

Esse fenômeno de pessoas brancas ocupando as vagas de negras(os) pode ser analisado pela perspectiva do pacto narcísico de branquitude, que para Maria Aparecida Bento (2002) consiste na negação e evitamento do problema racial no Brasil, com a intenção de manutenção

de privilégios raciais, ou seja, da branquitude. Há além do medo da perda dos privilégios, a esquiva da responsabilização pelas desigualdades raciais, assim, não havendo culpa em relação às desigualdades no país não há que se falar em reparação por meio de políticas públicas como as cotas raciais. Nesse sentido, há uma intenção de negar a necessidade de equidade de direitos para pessoas negras e ao mesmo tempo de manter o *status quo* de branquitude nas universidades, com uma produção acadêmica igualmente branca.

Nessa direção, o racismo institucional acadêmico já se inicia por sua porta de entrada e se prolifera no ambiente universitário. Segundo Maria Aparecida Bento (2002), as facetas do racismo institucional são complexas, pois ele está sempre presente e na maioria das vezes não pode ser explicado como critério e nem sempre é possível ser reconhecido ou questionado. Pois, pensando no ambiente universitário, ele está presente nos quadros de formandos (maioria brancas e brancos) que ficam expostos nas paredes da universidade, no corpo docente que é majoritariamente branco (CARVALHO, 2006), nos teóricos, que como na Psicologia são em sua maioria eurocentrados (SCHUCMAN, 2014), na forma de tratamento dispensada a pessoas negras nos diversos setores dentro da universidade, dentre outras expressões do racismo universitário.

Essas construções racistas das ciências e áreas diversas do conhecimento, permitiram o apagamento teórico de importantes autoras e autores da história brasileira, tais como Virgínia Bicudo (expoente fundamental para a psicanálise no Brasil- primeira não médica reconhecida como psicanalista) e Neusa Santos Sousa, também psicanalista. Essa prática é nomeada por autoras como Sueli Carneiro e Roseli Fishmann (2005) de epistemicídio, que para as autoras vai além da desqualificação da produção de conhecimentos de povos subjugados, mas um mecanismo de poder de dominação a partir de uma inferiorização cognitiva e intelectual, legitimando a racionalidade do dominador como única fonte do conhecimento. Há assim, um apagamento da produção intelectual negra brasileira que atualmente ainda está em vias de resgate.

Dessa forma, o resgate dessa ancestralidade intelectual é também possível através de um maior ingresso da população negra na academia. É, assim, ainda uma luta em curso, e como já sinalizado, um processo recente. No entanto, faz-se necessário marcar aqui as vitórias. Concomitante ao ingresso da população negra na universidade, insere-se também, em maior proporção, conteúdos afrocentrados no mundo acadêmico e em outros dispositivos sociais como as mídias e outras esferas.

É sabido que as cotas raciais são políticas que foram implementadas nos anos 2000 junto a outras ações afirmativas para a população negra no Brasil, no entanto as cotas possuem um caráter de abrangência significativo para diminuir o impacto do racismo institucional no Brasil,

sobretudo nas universidades brasileiras. Mesmo diante do ataque de fraudes cometidos pela branquitude, há um maior quantitativo de universitárias(os) negras(os), realidade que podemos tornar ainda mais democrática para a negras e negros no país.

Nesse sentido, já é possível ser percebido no universo acadêmico as dimensões dessa política pública ao observarmos um maior número de produções acadêmicas afrocentradas e um maior debate teórico-metodológico e temático nessa esfera. Para além dessa nossa defesa a partir de nossas experiências como pesquisadora e pesquisador, baseamo-nos também em trabalhos como de Luana dos Santos (2018) que aponta um impacto das produções de mulheres negras na pós-graduação nas universidades brasileiras entre os anos 1995 e 2008 para a produção de políticas públicas, corroborando com o pensamento da influência das políticas de cotas para a produção intelectual brasileira e ao mesmo tempo de como a produção dessas autoras influenciaram na construção de políticas públicas no Brasil.

Esse cenário evidencia uma potência e protagonismo do pensamento da mulher negra na reestruturação social do Brasil, transferindo uma posição de subalternidade dada para essa mulher em outros tempos, conforme bell hooks (2013), à mulher negra sempre foi negado o lugar de intelectual, restando a ela posições sociais indesejadas.

Assim, a universidade e a produção intelectual brasileira, espaços tipicamente ocupados pela burguesia branca, projetam-se como lugares políticos importantes em vias de ocupação pelo pensamento negro, sendo necessária a garantia de um empoderamento contínua a quem sempre teve esse acesso renegado.

Esse legado intelectual possibilitou também a construção de uma racionalidade negra no que tange a administração das políticas de acesso à universidade, ou seja, em pensar o que é negritude, raça e cor no Brasil e formas de possibilitar a proteção de vagas destinadas a pessoas negras. Nesse contexto, apontamos para a importância de órgãos e departamentos acadêmicos e intelectuais como os Núcleos de Estudos Africanos e Indígenas (sendo esse último termo um acréscimo mais recente). Há no Brasil aproximadamente quarenta NEABIs em universidades, fundações e institutos, de acordo a plataforma Educação para as Relações Étnico-Raciais (BRASIL, s/d). Com início de atuação na década de 1950 (TELES, 2004), sua implementação nas universidades auxiliaram a inserção das discussões sobre relações étnico-raciais, além de ser um potente instrumento para a melhoria da implementação de ações afirmativas. Esses espaços inclusive tiveram influência de dispositivos legais como as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que incluem as culturas afro-brasileiras e indígenas no ensino brasileiro, as quais também foram frutos de lutas do movimento negro. No entanto, esses dispositivos ainda não são amplamente aplicados nas escolas de nível básico.

Essas instâncias de ações afirmativas facilitaram o processo de dizer-se negro em um espaço de branquitude, seja pela representação ou pela atuação política direta. Porém, tal feito vem se concretizando ainda mais através das bancas de heteroidentificação racial, pois levou aquela(e) que se declara negra(o), fazê-lo de forma verbalizada e diante de outras pessoas, fator que exige um aprofundamento do que quer dizer ser negra(o) no Brasil, uma vez que fazer isso diante de um júri exige uma maior racionalidade, ao mesmo tempo que possibilita outra experiência do ser negra(o), pois é um lugar em que sua existência é positivada.

A POSSIBILIDADE DE TORNAR-SE NEGRA (O) ATRAVÉS DO INGRESSO NAS UNIVERSIDADES

Como já foi afirmado anteriormente, a universidade pública no Brasil tem tido uma inserção cada vez maior da população negra, a partir do desenvolvimento e execução de políticas sociais e educacionais, entre elas a de cotas raciais, nos últimos 15 a 20 anos. Porém, esse processo não tem se dado sem sofrimento e nem sempre teve como efeito a ampliação da autoimagem positiva da própria negritude de quem adentra, além da dificuldade de racialização e reconhecimento da branquitude. Contudo, esses processos têm se modificado.

Nessa direção, Neusa dos Santos Sousa (1990) aponta que a conquista da ascensão social da pessoa negra foi tida a partir do massacre de sua própria identidade. A violência a que a autora se refere está presente em todos os sentidos de vida da população negra: o apagamento histórico, a subalternização de sua religião e o embraquecimento de sua aparência física, assim a população negra necessitou carregar o branco como modelo de identificação. A autora evidencia que houve um custo emocional da sujeição, negação e massacre da identidade histórico-existencial da pessoa negra. A(o) negra(o) não é possível pensar sobre o que deseja ou que a(o) faz mais feliz, mas no que é desejado pelo branco.

Há mais de trinta anos do pensamento de Neusa Santos Sousa em Tornar-se negro (versão original de 1983), compreendemos são profundas as feridas do racismo, e que ainda se cicatrizam no processo de se dizer negra(o). Nesse sentido, Grada Kilomba (2019) pontua que os(as) psicanalistas tradicionais não se ocuparam de pensar nos efeitos do trauma que as africanas(os) do continente e da diáspora foram forçadas(os) a lidar, não apenas no aspecto individual e familiar no universo da cultura branca dominante, mas o trauma histórico e coletivo da escravização e colonialismo, o qual essa população enfrenta e reencena nos cenários atuais de racismo, em que a pessoa negra é colocada como o Outro exótico da branquitude.

Ser negro(o) nesse cenário se torna, então um desafio, ou conforme Lélia Gonzales (1988), tornar-se negro é uma conquista. A autora sinaliza um processo de luta política intrínseco ao dizer-se negra(o), da negação ao embranquecer e de uma ideologia supremacista

branca. Então, o ser negro perpassa um protagonismo, guiado por uma tomada de consciência do processo histórico e resgate de legado cultural para uma implicação de enfrentamento ao racismo.

Há aqui um complexo desafio: como reestruturar a educação de forma a resgatar esse processo histórico-cultural da população negra? A efetivação das legislações já citadas como as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, é uma possibilidade, mas para além disso a política de cotas nas universidades como instrumento de inserção da população negra nesses espaços, e com isso possibilitar a pessoa negra ser produtora de conhecimento afrocentrado, pode ser um fator diferencial na reeducação social brasileira.

Salientamos que a entrada da população negra através de ações afirmativas pode acarretar como um efeito pedagógico para o início da ruptura do racismo no Brasil e que, por outro lado, esse ingresso ocorrido sem essa política pública pode causar um efeito diverso no processo de tomada de consciência do racismo e suas estruturas no Brasil. Nesse sentido, ao estudarem a trajetória de docentes negras(os) na universidade pública, Arboleya, Ciello e Meucci (2015), compreendem que nem toda inserção de uma pessoa negra no contexto universitário implica no reconhecimento, valorização e engajamento em torno da negritude e contra o racismo.

Elas avaliam que algumas das vivências de docentes negras(os) acabam por reafirmar a meritocracia e o papel da educação como meio de ascensão social. A partir dos dados dessa pesquisa, é possível afirmar que temos uma geração de docentes negras(os) na universidade pública que, mesmo sendo proporcionalmente diminuta, não vivenciou qualquer política de cotas no ensino superior, tanto nas suas inserções como graduandos ou pós-graduandos quanto na entrada ao serviço público. A pesquisa evidencia que, em alguns casos, houve uma ascensão social anterior dos pais negros que conforme declararam garantiu, com ou sem sacrifício, a entrada e vivência dessas(es) docentes na universidade. E é fato também que esse espaço raramente se colocou como primeira opção em termos de perspectiva de vida para pessoas negras.

Ainda assim, é possível também entender que há uma afetação e subjetivação em torno da própria negritude quando se reconhece a tarefa de alguns familiares e/ou antepassados em garantir, com dificuldades, a entrada dessas pessoas negras no ensino superior. Esses sujeitos também são afetados quando analisam que “mais do que via de ascensão social, a educação aqui aparece como estratégia contestatória do modelo social operante” (ARBOLEYA; CIELLO; MEUCCI, 2015, p. 911), e isso se dá a partir dos conhecimentos e experiências mediadas sobre a negritude nesse contexto.

O entendimento desse processo do reconhecimento e engajamento em torno da negritude pela(o) docente é muito importante pois, direta ou indiretamente, a prática dessas(es) e outras(os) docentes se tornam referências e carregam uma importante representatividade que auxilia, de alguma forma, na identificação de discentes negras(os) com o espaço acadêmico, ainda bastante marcado pelo já citado epistemicídio. Com isso, há possibilidade de se constituir permanências e trajetórias engajadas de estudantes cotistas.

Consideramos que toda a problematização sobre as cotas raciais na sociedade e no próprio seio da universidade tem o importante papel de sensibilização e comprometimento com a proposta de reparação histórica dos efeitos nefastos do racismo no Brasil diante de gerações e gerações de pessoas negras. Avaliamos que a aplicação da política de cotas raciais e execução das bancas de heteroidentificação exercem o papel de questionar a hierarquização das relações raciais marcadas por dicotomias entre brancas(os) e negras(os), relações essas construídas e mantidas pelo advento do colonialismo empreendido sistematicamente e violentamente por homens brancos, europeus, capitalistas, heterossexuais e cristãos (SANTOS, 2018; LUGONES, 2014). Além disso, essa hierarquização racial se reproduz através da perpetuação da lógica colonial denominada como colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2019), responsável pela supressão sistemática de toda e qualquer referência de valorização e evidenciação da identidade negra dos povos escravizados, assim como dos povos indígenas originários de nosso território.

Diante desse panorama, as cotas raciais e as bancas de heteroidentificação, cujo processo tem se dado mediado institucionalmente tanto por pessoas negras quanto por pessoas brancas, implica na busca da quebra dessa hierarquização. Isso se dá quando a universidade pública passa a atuar para evidenciar a hierarquização que subalterniza, inciviliza e desqualifica negras. Trata-se de um processo que busca questionar a ambiguidade que se configura como estratégia perversa na construção e manutenção de estereótipos racistas sobre os corpos negros (FERREIRA; HAMLIN, 2010).

Ainda na esteira dessas compreensões, a execução da política de cotas coloca na berlinda as colonialidades que instituíram as desigualdades a partir do racismo e questiona as colonialidades presentes e em reprodução na própria universidade. Ao fazer isso, é possível realizar exercícios de afirmação de pessoas, conhecimentos e reconhecimentos Outros. Na medida em que isso acontece, se configura uma ameaça à modernidade instituída na e pela universidade, não como um retrocesso, mas ao contrário: como reparação histórica que aponta para insurgências epistêmicas (SANTOS, 2018) e, com isso, à afirmação de outras perspectivas de ser, de saber, de poder, de gênero e da raça em si.

Acrescentamos nesse contexto da política de cotas o poder político da heteroidentificação racial, ou seja a banca de verificação da autodeclaração racial. O que em

um primeiro momento pode ser uma afronta, ora, ter que provar sua negritude, pois é um dispositivo que sinaliza processos de fragilidade da política diante da branquitude brasileira, conforme discutido anteriormente, esse instrumento pode ter também um caráter pedagógico e de uma descoberta subjetiva (descobrir-se negra(o)) a depender de como esse processo é efetivado.

O estabelecimento da negritude no Brasil está em constante necessidade de fortalecimento e autoafirmação, pois os mecanismos de branquitude, produzidos pelo pacto narcísico branco no país estão sempre em constante reinvenção na tentativa de preservar seus privilégios e de se manter no poder. Afinal, ter que lidar com uma epistemologia e cultura negra ainda é causa de estranhamento, pois a pessoa negra ainda carrega a imagem de um grande Outro na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a estruturação das ações afirmativas nas universidades brasileiras carece ser pensadas a partir de uma base fortalecida politicamente, metodologicamente e teoricamente. Assim, há a necessidade não só de uma gestão pública no fazer das comissões de heteroidentificação racial, mas de uma implicação político-teórica ao enfrentamento ao racismo. Dessa forma, estamos falando de um processo de reeducação institucional, pois a universidade necessita capacitar suas comissões para a validação de autodeclarações raciais, como também deve estar preparada para receber essa(e) discente.

Por outro lado, esse público que ingressa através da política de cotas se depara com a necessidade de se posicionar subjetivamente, entender os critérios de raça e cor preconizados atualmente no IBGE e para além disso, compreender o que é o racismo de marca (a aparência de traços negróides como determinantes para ocorrer racismo). Nesse sentido, confrontar tais questões para a aderência de vaga de pessoas negras é um movimento histórico e fundamental para a ruptura do racismo no país. Mais que isso, possivelmente um processo libertatório para a população negra poder dizer quem se é sem as amarras dos padrões de branquitude.

AUTODECLARAÇÃO RACIAL: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Diante dos diversos aspectos que trouxemos para discussão, longe de chegar a um esgotamento da temática em questão, trilhamos aqui considerações para outros debates. Buscamos ao longo do texto trazer perspectivas distintas e históricas sobre o processo de validação da autodeclaração racial das políticas de cotas no Brasil e de como esse recurso está intrínseco a um devir negro no espaço universitário.

O processo de heteroidentificação racial é a mais recente faceta que se desdobrou das ações afirmativas de ingresso à universidade, e por isso ainda em percurso de estruturação e fortalecimento. Com isso, pensar numa perspectiva de encerramento das políticas de cotas para

a população negra no ingresso nas universidades, sobretudo, públicas, é inimaginável, tendo em vista estarmos iniciando uma reformulação de uma educação brasileira antiracista.

Nessa direção, a formação de comissões para validar a autodeclaração pode se constituir como mais um instrumento para a batalha contra o racismo no Brasil. Essa configuração dependerá do sentido que é dado a essa política e sua importância nas respectivas comunidades acadêmicas.

Com a perspectiva da gestão pública nas universidades nesses processos de heteroidentificação, ainda há um caminho de estruturação, dependendo sobretudo da formação e capacitação do gestor para a plena execução deste instrumento. É, então, uma política pública que necessita de um caráter principalmente antiracista em sua gerência. O que se torna uma tarefa árdua diante de uma comunidade acadêmica ainda tão embranquecida.

Dessa forma, é necessário que as pessoas brancas que compõem esses espaços tenham consciência de sua branquitude, ou seja, de que é a base para o racismo no Brasil e construam identidades raciais brancas, compreendendo sua brancura como traço de uma raça e não como signo de hierarquização; que possam se posicionar no enfrentamento direto ao racismo. Nesse sentido, colocando a Psicologia Social como ingrediente possível do lugar para pensar o racismo, convocamos à ressignificação dessas identidades, retirando a pessoa negra do lugar de objeto de nossas pesquisas, respeitando e considerando suas subjetividades e afetações.

Para isso é fundamental que haja relações sociais entre grupos heterogêneos (estudos, leituras, conhecimento da cultura e aproximação empática da experiência vivida por pessoas não-brancas), de modo que brancas(os) sejam capazes de se afetar com a experiência de pessoas negras, permitindo-se vivências e afetos diversos que possam produzir significados distintos do que foi até então produzido (SCHUCMAN, 2014).

E à população negra cabe assumir a universidade como espaço de articulação com a realidade, com a ancestralidade, evidenciação e construção de conhecimentos por nós e caros a nós e, portanto, de desobediência epistêmica. Para tanto, precisamos também garantir o nosso acesso, enquanto negras(os), atuando na defesa, proposição e gestão direta das ações afirmativas e na execução das políticas de cotas raciais no contexto acadêmico. Isso se dá convocando a sociedade e a própria comunidade acadêmica a se apropriar da aplicação dessas políticas, assumindo e garantindo problematizações, afirmações e coalizões em torno de todo esse processo, focados na reparação histórica e na construção de presente e futuro que nos pertence e nos cabe.

Nesse sentido, a universidade se depara com a necessidade de se comprometer com uma reeducação, reestruturação e capacitação institucional voltadas para a racialização. Deparamo-nos com a convocação de um aperfeiçoamento constante das políticas voltadas à população

negra no Brasil. Aparentemente esse é um caminho que não tem volta. No entanto, não cabem desvios irregulares ou falhas, pois a branquitude é criativa em suas artimanhas de atualização das diferentes formas de detenção do poder dos privilégios.

REFERÊNCIAS

- ARBOLEYA, Arilda; CIELLO, Fernando; MEUCCI, Simone. "Educação para uma vida melhor": trajetórias sociais de docentes negros. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 882-914, Dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400882&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/198053143248>.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude - o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (147-162).
- BRASIL. Educação para as relações étnico-raciais. *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*, s/d. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/>> Último acesso em 08 Dez. 2020.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. *Teoria e Pesquisa*, n. 42 e 43, p. 303-340, jan./jul. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2YTul5M>> último acesso em: 04 Dez. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Hj5eAi>. Último acesso: 03 Dez. 2020.
- FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 811-836, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300010>. Último acesso em: 08 Dez. 2020.
- GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.34, p.202-213, jan./jun. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/bvzO9> Último acesso em: 30 de nov. 2020.
- GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandao Cipolla. Ed. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 214 22(3): 320, setembro-dezembro, p. 935-952, 2014.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

GROSFUGUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-53.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem - sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil, in NOGUEIRA, Oracy (org.), *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*, T.A. Queiroz: São Paulo, 1985.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 30, e200112, 2018 Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100242&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 01 mar. 2020. Epub 03-Dez-2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>.

SANTOS, Alessandro de O.; SCHUCMAN, Lia Vainer.; MARTINS, Hildeberto V. Breve Histórico do pensamento Psicológico Brasileiro sobre Relações étnico-raciais. *Psicologia Ciência e Profissão*, vol. 32, 2012, pp. 166-175 Disponível em: goo.gl/tDz1zv. Último acesso em: 04 Dez.. 2020.

SANTOS, Luana Diana. *INTELECTUAIS NEGRAS INSURGENTES: o protagonismo de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nilma Lino Gomes* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação . Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10786/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_IntelectuaisNegrasInsurgentes.pdf> Último acesso em: 08 Dez. 2020.

SCHUCMAN, L. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e o poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.

SILVA, M. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). *Rev. Ibero Americana de Est. Em Edu. Araraquara*, v. 8, n. 4, 2013.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. spe, p. 8-41, Dez. 2010. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: 08 Dez. 2020.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELES, Jocélio. Um centro dedicado à pesquisa dos negros. *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 141-145, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100014&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: 08 Dec. 2020.

TOLEDO, Luís Fernando. *1/3 das universidades federais tem denúncia em cota racial; governo quer avaliação visual*. São Paulo: O Estadão - Educação, 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,13-das-federais-tem-denuncia-em-cota-racial-governo-quer-avaliacao-visual,70002147782>>. Último acesso em 08 Dez. 2020.